

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS VERANÓPOLIS

Análise do processo de sucessão familiar em granjas de aves na cidade de Vila Flores-RS

Marcelo Gabrielli
Cleber Cervi

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar o processo de sucessão em propriedades familiares rurais, voltadas especialmente para granjas de frangos de corte, no município de Vila Flores - RS. Foram entrevistados seis jovens rurais que possuem aviários no estabelecimento familiar. Os resultados sugerem que metade dos prováveis sucessores continuarão na área rural, trabalhando com os familiares. Porém, em relação aos aviários, apenas um deseja continuar na atividade com a estrutura que possui atualmente. Os demais estão insatisfeitos com o negócio e/ou visam oportunidades de trabalho melhores. O único entrevistado que realizará a sucessão das granjas já possui um planejamento para isso, mesmo que de maneira informal. O trabalho identificou que a questão financeira está diretamente ligada à decisão dos jovens em continuarem o negócio familiar ou buscarem outras alternativas de renda no meio urbano. Contudo, a infraestrutura da propriedade e o apoio dos pais são fatores fundamentais para que o sucessor permaneça na atividade.

Palavras-chave: Propriedades rurais. Sucessão familiar. Aviários. Jovens. Planejamento.

ABSTRACT

Household succession on chicken farms

This research aims to investigate the succession process in family farms, especially in the chicken farms, in the city of Vila Flores - RS. Six rural young men who have aviaries in the family farm were interviewed. The results suggest that half of the likely successors will remain in the farm area, working with family members. However, in relation to the aviaries, only one wants to continue in the activity with the structure it currently has. The others are unsatisfied with the business and/or look for better job opportunities. The only interviewee who will carry out the succession of the farms already has informal planning for this. This research identified that the financial issue is directly linked to the decision of young people to continue the family business or to seek other income alternatives in the urban environment. However, the infrastructure of the property and the support of the parents are fundamental factors for the successor to remaining in business.

Keywords: Family farms. Family succession. Chicken farms. Young people. Planning.

INTRODUÇÃO

Apesar da existência de uma queda no fenômeno social denominado êxodo rural, que é apresentado no trabalho de Del Grossi, Campagnolla e Silva (2001), consiste na migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, ainda há diversos desafios para que os jovens agricultores sejam sucessores do negócio familiar. Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, a população rural do Rio Grande do Sul em 2010, era 37% menor do que em 1980. A EMATER, por sua vez, realizou um censo agropecuário em 2017 onde demonstrou que há 62% de trabalhadores homens na agricultura familiar do RS e, destes, somente 1,24% tem menos de 25 anos. Isso mostra que os jovens estão saindo do meio rural. A saída dos jovens das propriedades rurais inviabiliza a sucessão do negócio familiar e gera uma expectativa de venda ou abandono da propriedade, tais possibilidades trazem uma série de implicações e preocupam, também, gestores das cidades que dependem da renda gerada pelo campo.

Em paralelo ao cenário estadual, Vila Flores, cidade da região nordeste do Rio Grande do Sul, possui aproximadamente 3400 habitantes. Sendo que 68% (2466) do total são pessoas potencialmente ativas (IBGE, 2010). Do total de habitantes de Vila Flores, 1400 residem em área urbana, enquanto 2000 são moradores do interior.

O investimento dos agricultores na mecanização do trabalho para suprir a falta de mão de obra na realização de diversos serviços que no passado eram totalmente braçais tem proporcionado mais comodidade aos trabalhadores. Entretanto, mesmo com melhores condições de trabalho, seja na lavoura, pomares, aviários ou em qualquer outra atividade agrícola, a dificuldade de realizar a sucessão familiar nas propriedades agrícolas ainda é uma realidade. Panno e Machado (2014) afirmam que além de políticas públicas atraentes, a família deve demonstrar a satisfação de contar com o jovem na propriedade e dar condições para que permaneça. Zanette (2019, p.5) enfatiza: ‘Quem vive no campo precisa de um ambiente que forneça oportunidades de lazer, acesso ao conhecimento, qualidade de vida, segurança jurídica e a obtenção de renda própria em meio a todos os avanços do século XXI’. Outros autores ainda citam que a divisão do trabalho proporcionando autonomia e responsabilidade nos processos decisórios é fundamental, “é uma questão de autoestima, que gera sentimento de pertencimento” (PANNO e MACHADO, 2014, p.292). O relacionamento familiar exerce grande influência sobre como se dá o processo sucessório nas propriedades rurais.

Deve-se considerar também que, segundo Junior (2013), o clima organizacional de um negócio familiar, é reflexo dos valores e crenças da família fundadora. Sendo assim, uma família desunida, com desentendimentos e disputas pessoais pelo poder, tem consequências negativas para o empreendimento. Na pesquisa de Molin et al.,(2019), os sucessores ligados ao agronegócio que foram entrevistados, revelaram que quando o fundador tem um perfil de maior rigidez, há uma tendência de o processo ser mais dificultoso, pois gera uma resistência maior entre as partes, por falta de diálogo. Contudo, os jovens não citam grandes problemas de relacionamento familiar, mesmo quando os possíveis sucedidos são mais apegados ao negócio. Junior (2013), enfatiza que o momento mais adequado para organizar o processo sucessório, é quando a relação familiar está boa e os futuros sucedidos ainda atuam no negócio familiar.

Diante disso, esta pesquisa investiga se existe expectativa de que ocorra sucessão nas propriedades que possuem granja de frangos no município de Vila Flores. Além disso, busca compreender os motivos que possam gerar o interesse ou desinteresse do sucessor em continuar o negócio familiar.

Vieira, Bahiense e Silva (2019) realizaram um estudo que investigou a produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar. Os autores concluíram que entre 2003 e 2018, apenas 29 trabalhos científicos retornaram como resultado de pesquisa do Portal da CAPES. Percebe-se uma carência de trabalhos acadêmicos sobre o tema sucessão rural e agricultura familiar. Além disso, o presente trabalho se justifica considerando a relevância da avicultura para a atividade familiar rural e a importância de que haja sucessão no negócio para o desenvolvimento da comunidade local e também para arrecadação fiscal da cidade de Vila Flores - RS. A criação de aves é uma atividade de destaque no agronegócio do município. Duas das maiores empresas processadoras de proteína animal do mundo, BRF e JBS, atuam com parceiros de negócio nesta cidade. A característica montanhosa dos terrenos, dificulta a efetividade e a exploração do potencial da atividade agrícola. Assim, a criação de frangos em larga escala, no modelo de integração, pode ser uma opção interessante para quem deseja trabalhar no meio rural. Essa atividade gera renda para as pequenas propriedades, onde é um desafio gerar riquezas através da terra. Basicamente, cabem aos futuros herdeiros dos imóveis rurais, decidirem se seguem o exemplo de seus pais ou trilham novos caminhos.

Para dar conta do objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte maneira: a próxima seção apresenta a revisão teórica. A seção de método de pesquisa descreve de que forma a pesquisa foi elaborada e aplicada. Após, na análise dos resultados apresenta-se as informações obtidas relacionando-as com as bases teóricas presentes no trabalho. E finalmente, as considerações finais exploram os principais pontos da pesquisa com destaque às conclusões, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção aborda o tópico sucessão familiar, que descreve como se dá esse processo, e o tópico desafios no processo de sucessão familiar, explicando as principais dificuldades a serem superadas pelos sucessores juntamente com o sucedido, em contrapartida tem-se os fatores de retenção do jovem rural.

O PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR

Panno e Machado (2016) descrevem que a sucessão de uma propriedade rural ou negócio familiar se dá em três etapas. A primeira é a transferência patrimonial, a segunda fase é a continuação da atividade profissional paterna e finalmente a retirada das gerações mais velhas do comando do negócio. Nesse sentido, Bertolozzi-Carredio et al. (2020), evidenciam que a possível sucessão depende principalmente da disposição do sucessor em potencial que deve tomar a decisão se assumirá as atividades e o controle total da propriedade. A autora relata que apenas por ser um sucessor natural na linha sucessória, ele já é reconhecido pela família como o sucessor do negócio, dessa forma, a transferência de responsabilidades depende apenas da decisão do herdeiro(a). Porém Brizzolla et al. (2020, p. 6), atribuem essa responsabilidade também ao proprietário, “a falta de percepção por parte de quem está no comando da propriedade, sobre o momento certo de se pensar na sucessão, na forma de como planejá-la e implantá-la, poderá comprometer o futuro da propriedade”. Junior (2013), evidencia que quanto mais familiares comprometidos no processo sucessório no momento da escolha por parte do sucedido, maior será o comprometimento para que sua vontade seja encaminhada e cumprida. Além disso, há menos chances de que as decisões tomadas tornem-se questionadas ou ignoradas por membros da família.

A sucessão deve ser um processo que renove, dê oxigenação para uma nova gestão. De acordo com Freire et al., (2010), as resistências devem ser encaradas com naturalidade, pois se ignoradas, podem afetar os resultados almejados. Dudek (2016), afirma que a transferência

das responsabilidades de uma propriedade rural não é um fato único, geralmente leva diversos anos para acontecer. Silverman (2006 apud FERRAZA, 2010) acrescenta que a sucessão é um dos fatores mais preocupantes no caso dos negócios familiares, pois envolve diretamente a sobrevivência e continuidade das atividades passadas do sucedido ao sucessor. Junior (2013), ainda aponta que se a sucessão ocorrer somente após a morte do sucedido, a divisão de poder e dos bens, irão gerar diversos desentendimentos familiares, além de gerar uma perda de escala no negócio com a divisão de áreas trabalhadas.

O processo de sucessão de um negócio familiar envolve diversas questões relacionadas a laços familiares, dinheiro e poder. Freitas (1999), afirma que além dos laços materiais, os familiares também estão ligados por questões afetivas, imaginárias e psicológicas. Acrescenta ainda, que nas organizações as pessoas estão em constante disputas por posições de poder que pertencem aos outros. Conforme Junior (2013), a gestão de uma empresa familiar torna-se mais dificultosa quando os interesses pessoais e profissionais estão presentes no ambiente de trabalho.

Outro fator que também interfere nas questões ligadas à sucessão familiar é a baixa renda apontada por Anjos, Cladas e Costa (2006) como um dos entraves que desmotiva os jovens a permanecerem na atividade rural e realizarem a sucessão do negócio, quando o trabalhador sênior se afastar das atividades. Os autores afirmam, “regidas pela escassez de oportunidades de renda (agrícola e não-agrícola) e por reiteradas dificuldades na agricultura, há verdadeiramente uma crise de sucessão” (ANJOS, CALDAS E COSTA, 2006, p. 1). Reforçando a influência do fator financeiro para a permanência do jovem no campo Breitenbach e Corazza (2017), apresentam que 70% dos jovens rurais indicam que a questão financeira é decisiva para seguir trabalhando no empreendimento familiar. Dotto (2011), sugere que os filhos de agricultores com maior poder financeiro têm maior probabilidade de permanecer no interior, quando comparado a agricultores familiares.

Porém, a situação do êxodo rural, não é exclusiva de países subdesenvolvidos. A pesquisa desenvolvida por Rayasawath (2018), revelou que grande parte dos agricultores eslovenos têm mais de 55 anos e há uma tendência de envelhecimento deste setor, pois o número de agricultores jovens está diminuindo.

Eventualmente, o processo sucessório torna-se demasiadamente demorado por um apego excessivo do futuro sucedido ao seu trabalho. Na pesquisa de Molin et al., (2013), alguns sucessores questionados acreditam que seus pais só sairão do comando por eventual incapacidade de exercer suas funções ou por morte.

A sucessão no setor primário é de interesse mundial, não só de países essencialmente agrícolas, como no caso do Brasil. Conforme Mattei (2014), aproximadamente 75% das ocupações no meio rural, estão vinculadas aos estabelecimentos familiares.

Breitenbach e Corazza (2017), elencam cinco variáveis que geram o desinteresse dos jovens pela atividade agrícola. Segundo a autora, o trabalho penoso é o principal motivo de abandono da atividade, seguido pelas incertezas e desafios de produção. Outros motivos menos relevantes, mas também importantes, são a vontade de não repetir a vida de várias gerações passadas de viver sempre no mesmo local, os escassos momentos de lazer e a lentidão do processo sucessório. De maneira geral, os jovens têm pressa para decidirem seu futuro, pois buscam independência financeira e boas oportunidades. A falta de um planejamento sucessório gera angústia ao possível sucessor e o afasta do negócio hereditário.

DESAFIOS NO PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR

Na agricultura familiar, gestão e trabalho estão juntos e são realizados pelas mesmas pessoas. Todo o capital envolvido, sejam maquinários, terreno, infraestrutura e demais investimentos, pertencem a família agricultora e todo o planejamento de trabalho, finanças e a

administração de compra e venda de insumos, são realizados pela mesma família. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, 70% dos estabelecimentos agropecuários possuíam área entre 1 e 50 hectares (IBGE, 2018). As áreas pequenas, característica das propriedades familiares, não requerem contratação de mão de obra não familiar, ou quando é utilizada não ultrapassa o número de trabalhadores familiares (GUANZIROLI et al., 2001). Conforme Lei 11.326/2006, (Brasil, 2006) para ser considerada propriedade de agricultura familiar, o estabelecimento deve ter área de até quatro módulos fiscais; utilizar, no mínimo, metade de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; auferir, também no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e ter a gestão do estabelecimento ou empreendimento estritamente familiar.

O acesso facilitado à informação e a educação, tem tornado o trabalho no campo uma opção ao jovem agricultor e não mais uma necessidade (CASTRO, 2017, apud OLIVEIRA, MENDES e VASCONCELOS, 2020). Mera e Netto (2014) destacam que os fatores de maior influência ao êxodo rural, são a busca por melhores condições de vida e o avanço tecnológico nas propriedades. Em contra partida, Spanevello (2008) detectou em sua pesquisa que a escassez de maquinário e realização de trabalho basicamente manual contribui para desmotivar os filhos a seguirem na propriedade. Facione e Pereira (2015) afirmam que a falta de estrutura, os fatores financeiros, o baixo nível de escolaridade, entre outros, são motivadores da busca por melhores condições de vida no meio urbano. Além disso, o desprezo social enraizado em nossa cultura desmotiva e diminui o orgulho de exercer a atividade rural. “A ênfase no movimento de saída do campo contribuiu historicamente para a invisibilidade daqueles que ficam, tanto do ponto de vista social como político” (SILVA E BOTELHO, 2016 p. 61).

Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2020), afirmam que a saída do jovem do campo é, em diversos casos, incentivada pelos pais. Com o intuito de fornecer uma educação de qualidade, os pais agricultores apoiam que o filho vá para a cidade estudar, e lá o jovem vislumbra oportunidades de emprego e a propriedade da família vem a ser uma opção de trabalho. Nesse sentido, Panno e Machado (2014), sugerem que é cada vez mais incomum encontrar jovens que saem para estudar e voltam para aplicar seu conhecimento na propriedade de origem. Kruger (2018) afirma que muitos jovens não acreditam que o investimento no campo gere retorno financeiro satisfatório e deixam a propriedade sem sucessão. Ainda, Spanevello (2008) cita a falta de uma renda fixa como um argumento dos pais que não apoiam a sucessão dos filhos no negócio familiar. A autora também cita as condições ruins de trabalho, devido à jornada estendida e inexistência de férias como um fator desfavorável para a ocorrência da sucessão.

Savian (2014) identifica a questão financeira diretamente ligada à decisão do sucessor em continuar na propriedade ou abandoná-la. O autor cita que fatores climáticos, custo dos insumos, acesso à tecnologia, entre outros, são questões que afetam as atividades ligadas a agropecuária. Mesmo com a vontade de continuar vivendo na propriedade familiar, os próprios pais desencorajam os filhos a prosseguirem no campo, e incentivam que busquem independência financeira através de oportunidades de trabalho no meio urbano. A vontade dos pais em mandar os filhos irem aos centros urbanos pode estar relacionado com uma afirmação presente em um material de publicação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “no senso comum, constrói-se, assim, a ideia de que permanecem no campo apenas aqueles que não tiveram ‘oportunidade’ de migrar, aqueles ‘que não tem jeito para os estudos’, ou os ‘menos capacitados’ a uma vida urbana” (SILVA E BOTELHO, 2016 p. 62).

A seletividade do êxodo rural dos últimos anos é um agravante para o abandono das propriedades. Conforme Froehlich (2011) as mulheres jovens atualmente são a maior parte desse êxodo seletivo. Esse fato tem consequências graves à medida que torna cada vez mais a população rural envelhecida e masculinizada. Resultado semelhante ao obtido na pesquisa de

Breitenbach e Corazza (2017), que em 30 jovens pesquisados, aproximadamente 70% dos homens pretendem realizar a sucessão agrícola, enquanto apenas 23% do público feminino almeja trabalhar na propriedade. Silva e Botelho (2016), explicam que um dos fatores que interferem na saída do campo em maior número do sexo feminino, quanto ao masculino, é de que o trabalho feminino é concebido como ‘ajuda’ e não é valorizado de maneira como deveria. Além disso, as mulheres têm menos acesso às terras e ao crédito para investimentos na propriedade, assim há um entrave maior para que as moças sejam projetadas como as sucessoras rurais.

A pesquisa de Kruger (2018) evidencia que o principal motivo dos jovens migrarem do interior para a cidade é por desacreditarem na continuação da atividade desenvolvida pela família e buscarem novas oportunidades de trabalho no meio urbano. O mesmo motivo é apontado nas pesquisas de Mera e Netto (2014), eles acrescentam que o incentivo dos pais é essencial para que os filhos se sintam motivados a realizarem o processo de sucessão. Nos dados obtidos por Silva e Botelho (2016), o casamento é o principal motivo da juventude sair da casa dos pais. Principalmente em áreas de menor produtividade, em que o esforço para trabalhar no campo é árduo e cansativo, além de gerar menos renda.

O relevo e qualidade do solo estão intimamente ligados com a renda da propriedade e consequente sucessão ou abandono do estabelecimento pelos jovens, conforme afirma um agricultor na pesquisa de Spanevello (2008, p. 91): “as propriedades mais difíceis, de cerro, com pouca renda e de área dobrada, são as que mais sofrem com a saída dos filhos”.

Observa-se que os desafios são diversos, e quando combinados com a falta de apoio por parte da família, se torna desafiador para um jovem decidir ficar em um ambiente de insatisfação e sem perspectiva de crescimento. Cada propriedade tem suas peculiaridades, não há uma receita para a permanência do jovem no campo. Porém, é notório que a boa vontade do potencial sucessor e o apoio familiar para que o jovem participe e se sinta motivado a exercer a função em que desempenha, é um grande avanço rumo a continuidade do negócio por meio da sucessão familiar.

FATORES QUE MANTÊM O JOVEM RURAL NA AGRICULTURA

Breitenbach e Corazza (2017) perceberam que, na sua pesquisa, quase metade das mulheres e mais de 90% dos homens, participam da parte administrativa do estabelecimento familiar. Dotto (2013) destaca que a valorização dos produtos agrícolas gera maior disponibilidade de recursos financeiros, e com isso, os jovens têm maior acesso à lazer e educação, o que propicia uma tendência em atender as buscas que antigamente o jovem só encontrava nos centros urbanos.

O trabalho de Spanevello (2008) sugere que o prolongamento dos estudos já é um forte indício de que o jovem se afastará da atividade agrícola. Porém, Dotto (2013) percebeu que, de 37 pesquisados, 11 já tentaram sair do campo para a cidade, mas retornaram e se estabeleceram na área familiar. Breitenbach e Corazza (2017) também identificaram que o estudo não é necessariamente um caminho de saída da propriedade, já que metade da amostra masculina pesquisada pretende avançar no ensino superior. Contudo, para aplicar o conhecimento adquirido no próprio negócio rural. “Um nível maior de educação não implica necessariamente na saída do campo, apenas que a educação amplia a capacidade de percepção do mundo do jovem” (DOTTO, 2013, p. 49).

Silva (2015), atestou que a proximidade da propriedade rural com os centros urbanos é um fator que possibilita ao jovem se deslocar com facilidade e ter acesso as mesmas oportunidades que os jovens urbanos. Assim, o jovem rural se torna mais socializado e com diversas possibilidades de eprendizagem.

Após os anos 2000, Silva e Botelho (2016), identificaram uma mudança no consumo dos proprietários de imóveis rurais, que por meio de um aumento de renda com a valorização dos produtos comercializados, passaram a conquistar automóveis, melhorar o acesso aos bens básicos, como água, luz e internet, e principalmente, na infraestrutura da propriedade agrícola. Todavia, na pesquisa de Breitenbach e Corazza (2017) mais da metade dos pesquisados sugerem que o trabalho bem remunerado é um aspecto que interfere nas decisões relativas a sucessão.

O custo de sobrevivência no meio rural é um ponto importante a ser considerado. O valor cobrado pelo consumo de energia é reduzido, por exemplo, a água também, muitas vezes provém da própria área de terra familiar. Ainda, Breitenbach e Corazza (2017) destacam que a alimentação e moradia têm valor menor, quando comparados à cidade, e isso é considerado positivo para quase 90% dos questionados.

Nas palavras dos jovens pesquisados por Silva e Botelho (2016), os motivos mais citados que basearam suas decisões em ficar no campo, está a expectativa por um futuro próspero dentro da propriedade, gostam e se sentem satisfeitos em suas atividades. Conforme Breitenbach e Corazza (2017), mais de 70% dos respondentes indicam que o incentivo financeiro estabelece uma relação de valorização do jovem, através do reconhecimento de seu trabalho.

No meio rural, com a mecanização das atividades, que proporciona maior tempo livre ao trabalhador, abre-se a possibilidade de serem jovens pluriativos, ou seja, conciliar tarefas agrícolas com o serviço urbano, se for viável. Panno e Machado (2014), observam que algumas atividades agrícolas podem ser trabalhadas em paralelo com outras urbanas. Entretanto, deve-se considerar que geralmente o trabalho urbano exige que o horário de trabalho seja cumprido. É preciso considerar também que conforme pesquisado por Silva e Botelho (2016), os jovens demoram, em média, mais de uma hora no deslocamento casa-trabalho-casa. Com tal constatação, considerando um trabalho com carga horária de 8 h/dia mais 1 hora de deslocamento, restam poucas horas para executar outras tarefas.

A tabela 1 apresenta um resumo das principais motivações de permanência ou de evasão do meio rural citados pelos autores neste referencial teórico. A tabela separa os prós e contras da vida no interior e permite visualizar isso de maneira facilitada.

Tabela 1: Fatores de retenção e desafios do meio rural.

Fatores de permanência	Fatores de evasão
Gosto pelo trabalho rural	Pouca área para a atividade agrícola
Altos investimentos	Falta de estrutura na propriedade
Reconhecimento do herdeiro	Incertezas familiares
Futuro próspero	Baixa rentabilidade
Propriedade organizada	Vários herdeiros
Planejamento pronto e reconhecido	Ausência de planejamento sucessório
Qualidade de vida	Trabalho penoso
Horário flexível	Distante do comércio e serviços urbanos
Mecanização de tarefas difíceis	Desinteresse do poder público
Maior liberdade	Desvalorização social

Fontes: Autores do referencial teórico (elaborado pelo autor 2021)

Na tabela acima estão elencados 10 fatores que os autores apontam como motivadores para que o jovem permaneça na propriedade para realizar a sucessão e outros 10 apontamentos considerados desafiadores para que o negócio familiar seja herdado pelo sucessor. Cada família possui suas peculiaridades e existem inúmeros outros motivos que se apresentam nas tomadas de decisões no negócio rural e devem ser avaliadas em cada caso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Rampazzo (2002, p. 13) metodologia científica envolve as normas técnicas que devem ser seguidas na aplicação da pesquisa científica. Ou ainda, “conjunto de processos ou fases empregadas na investigação, na busca do conhecimento (ZANELLA 2013).

O trabalho adotou a forma de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que conforme Takahashi (2013, p.36) “os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem”. Quivy e Campenhoudt (1992, p. 11) afirmam que as pesquisas exploratórias “servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas”.

Nesta pesquisa, os dados foram coletados através de entrevistas em profundidade com uma amostra de seis potenciais sucessores das famílias avicultoras do município de Vila Flores, que já têm maturidade para preocupar-se com o futuro próprio e da família, uma fase decisiva para dar continuidade ao negócio herdado. Estes, têm propriedades com menos de quatro módulos fiscais, de tal maneira, são classificados como propriedade familiar.

Os participantes, foram selecionados previamente de forma não-probabilística por conveniência. Segundo Moresi (2003), este formato é destituído de rigor estatístico e é feita com os elementos a que tem aproximação. Tal escolha, proporcionou um estudo profundo, permitindo a exploração de informações por meio de diversas percepções dos entrevistados.

O instrumento utilizado para coleta dos dados primários foi um roteiro semi-estruturado com 16 questões, disponível no Anexo I. Este roteiro foi elaborado com apoio das leituras realizadas na revisão bibliográfica. De tal modo, foi possível identificar os principais pontos a serem analisados, associando ao objetivo da pesquisa de descobrir se ocorre planejamento para a sucessão e os motivos que colaboram na permanência ou saída dos moços e moças interioranos. Para isso, foram abordados assuntos sobre gestão, finanças, qualidade de vida, planejamento, trabalho, pretensões e arrependimentos. Por meio das entrevistas, foi possível extrair informações fundamentais sobre a sucessão que virá a acontecer ou situações de desinteresse em ambas as partes em executar um processo de sucessão.

Após a escolha dos entrevistados houve o processo de coleta de dados a partir de entrevistas individuais e cada um respondia as questões presentes no roteiro, com possibilidade de ir além do assunto proposto nas questões, caso julgasse pertinente. As colocações dos jovens foram anotadas manualmente, pois os potenciais sucessores preferiram não serem gravados. Cada entrevista durou, em média, 15 minutos. A análise dos dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo. Conforme sugerido por Franco (2015, p. 59), para a análise de conteúdo, foram criadas as seguintes categorias a *posteriori*: “descrição dos jovens rurais”, “jovens, gestão e finanças na agricultura familiar” e “sucessão: relatos da relação do jovem com o campo”, ou seja, as análises foram agrupadas para conduzir a resultados férteis. Assim, foi possível abordar as questões familiares, que é um ponto relevante para o futuro do negócio.

De tal modo, buscou-se averiguar a realidade que as famílias estão vivenciando referente as granjas, tendo em vista que o desinteresse pelo processo da sucessão pode estar diretamente ligado à insatisfação na atividade. Com os resultados da pesquisa temos um panorama do cenário futuro da atividade no município.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Esta seção está organizada inicialmente com a caracterização do município onde as entrevistas foram realizadas, logo abaixo desta, está a descrição dos jovens rurais, seguindo a seção que explica os jovens, gestão e finanças na agricultura familiar. O último tópico é sobre sucessão: relatos da relação do jovem com o campo, que destaca algumas questões cruciais que explicam as decisões de cada entrevistado com relação à sucessão .

A amostra desta pesquisa foi composta por seis homens jovens. Para manter o anonimato dos entrevistados, eles estão representados pela primeira letra do nome e as duas primeiras letras do último sobrenome.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO ONDE AS ENTREVISTAS FORAM REALIZADAS

O município de Vila Flores-RS, está situado na região serrana do estado, que explica o terreno desfavorável para o cultivo de áreas agrícola em larga escala. Contudo, a colonização italiana precisou desbravar as terras para produzir alimentos, como forma de subsistência. Na Figura 1 pode-se observar a localização de Vila Flores no mapa do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Localização de Vila Flores – RS.



Fonte: wikipedia

Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE (2010), a população rural do Rio Grande do Sul é 37% menor do que em 1980, a EMATER, por sua vez, realizou um censo agropecuário em 2017 onde demonstrou que há 62% de trabalhadores homens na agricultura familiar do Rio Grande do Sul e somente 1,24% tem menos de 25 anos.

Tabela 2: Característica habitacional.

Habitação do município (2010)	Total	Rural	%	Urbana	%
Número de habitantes	3400	2000	59	1400	41
Número de domicílios	1048	539	51	509	49

Fonte: IBGE 2010 (elaborado pelo autor 2021)

Em paralelo ao cenário estadual, representado na tabela 2, Vila Flores possui aproximadamente 3400 habitantes e 68% (2466) do total são pessoas potencialmente ativas segundo o IBGE, destes, 1400 residem em área urbana da cidade em 509 domicílios, enquanto 2000 são moradores do interior, em 539 domicílios, esse dado destaca a grande importância que o agronegócio exerce sobre a arrecadação fiscal, no sustento dos agricultores e na economia local.

DESCRIÇÃO DOS JOVENS RURAIS

Devido ao modelo de trabalho familiar exercido nas propriedades rurais da Serra Gaúcha, na maior parte dos casos, as famílias trabalham em mais de uma atividade, seja ela exercida dentro ou fora de seu terreno. Conforme Albino (2019), a família agricultora de forma geral, adota pelo menos dois produtos comerciais, e alguns outros para consumo próprio ou para gerar insumos. Tal fato, tem objetivo de diversificar a renda para manter a propriedade funcionando, caso algum negócio vá mal.

Dentre os seis entrevistados observou-se o perfil pessoal e características de negócio distintas. O entrevistado GDA tem 20 anos, trabalha somente na propriedade, possui produção de leite, crechário de suínos e um aviário de 100 metros com capacidade para 15 mil aves grandes. MCR, aos 21 anos de idade, além de um aviário de 120 metros com capacidade para 18 mil aves, também trabalha com comércio de lenha para empresas, confinamento de gado de corte e produção de grãos. MSA tem 21 anos, sua família trabalha na avicultura com duas granjas com capacidade total para 16 mil aves. Além disso, ele também auxilia na produção de mel da agroindústria familiar e trabalha na área comercial da Ipacol máquinas agrícolas. RCO, 23 anos, está finalizando o curso de engenharia elétrica e realizando estágio em um empresa metalúrgica da cidade de Vila Flores. A família trabalha com duas granjas com capacidade total de 27 mil aves e também criam suínos e produzem grãos. No caso de BDA, de 23 anos, toda a família se dedica exclusivamente aos cuidados das quatro granjas com capacidade total de quase 100 mil aves. E TPE, 32 anos de idade, trabalha na empresa Vipal borrachas e possui uma empresa de chapeação, além de auxiliar nas duas granjas da família com capacidade de alojamento para 32 mil aves grandes.

Percebe-se que a grande maioria dos entrevistados têm outras fontes de renda além do aviário. Tal análise, complementa o que afirma Castro (2017, apud OLIVEIRA, MENDES e VASCONCELOS, 2020), que o trabalho no campo deixou de ser necessidade e passou a ser uma opção. O entrevistado BDA é o que possui a maior criação de aves entre os entrevistados. Ele e sua família se dedicam exclusivamente a este serviço, possuem 4 granjas com grande capacidade de alojamento. De tal forma, é importante considerar que várias decisões dos jovens agricultores não são baseadas inteiramente às granjas, pois outros trabalhos elaborados concomitantemente com as granjas, também influenciam por fazerem parte da rotina da maioria deles.

Todos os seis vila florenses moram com os pais e apenas um deles é proprietário das terras em que a família trabalha. Segundo MCR que é filho único e apesar de ser um dos entrevistados mais jovens, já possui terras em seu nome, pois o pai trabalha como caminhoneiro e não tem tempo disponível para atuar no manejo da área de terra que ocupam. Esse é o único caso que está de acordo com o que apresentam Panno e Machado (2016), em que a transferência patrimonial deve vir antes da continuação da atividade e por último ocorreria a saída do sucessor. Os outros cinco entrevistados trabalham na propriedade de posse dos pais, mas apesar disso, eles participam das tarefas e todos afirmam fazer a gestão em conjunto, porém os pais têm maior poder de decisão. Não raro, a sucessão não é executada e o sucessor vem a obter a posse das terras judicialmente por inventário, anos mais tarde.

Quando o jovem agricultor mora na propriedade dos pais, mesmo que tenha outra ocupação, de alguma forma ele auxilia as atividades da propriedade, seja nas tarefas rotineiras ou na gestão. O trabalho escrito por Cabral et al. (2019), sugere atenção ao preparo do jovem para que ele possa gerir suas finanças e o evitar o endividamento familiar. Então se pressupõe que o estudo é de fato indispensável, inclusive para quem deseja viver da terra, pois além de agricultor, o jovem necessita ao menos de conhecimentos básicos em gestão e finanças.

JOVENS, GESTÃO E FINANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Gestão está diretamente ligada a administrar os recursos disponíveis, incluindo decisões financeiras. O incentivo dos pais é fundamental para fomentar os herdeiros a seguirem na profissão, o reconhecimento feito através de dinheiro é um dos estímulos mais comuns. Todos afirmaram receber remuneração, contudo, ela não é de valor fixo e nem mensal, são valores que variam conforme a rentabilidade das atividades e o que deu de lucro a cada período. Corroborando com Spanevello (2008), que evidencia a questão da falta de renda fixa ser um desafio na atividade agrícola familiar, RCO comentou que é inviável remunerar mensalmente com um valor fixo, pois cada lote (ciclo completo, desde o alojamento das aves na granja, até a retirada) ou safra pode dar bastante lucro ou até mesmo prejuízo, então afeta as finanças da família.

Ao serem perguntados sobre questões bancárias, todos afirmaram ter contas próprias, separadas dos pais, o que proporciona maior liberdade ao jovem para poder lidar com suas finanças sem depender unicamente do dinheiro dos pais. Já quanto aos investimentos realizados nas granjas, a maioria não contribui com dinheiro de conta própria. O entrevistado MCR afirmou que só aplica seu dinheiro em caso de extrema necessidade. Segundo ele, como os pais ficam com grande parte da renda, são eles que mais investem na propriedade, *“eu trabalho pra eles (pais), eles que decidem o que fazer com o que sobra de dinheiro, então eu não vou deixar o pouco que eu tenho pra eles colocarem onde quiserem”*.

Apesar de grande parte dos entrevistados possuírem outras receitas além daquela obtida na criação das aves, metade dos entrevistados afirmam que os aviários são a principal renda da família. Entretanto, quando questionados sobre a satisfação na remuneração obtida para exercer a atividade, apenas o entrevistado BDA se diz contente com o valor recebido pela criação dos lotes de aves, *“eu estou contente com os resultados, não dá pra se queixar. Nós pagamos o investimentos e sobramos pra fazer outras coisas”*. Os demais dizem ser um valor baixo, que não motiva a novos investimentos de expansão ou reformas nas granjas. E também, se a família dependesse só da renda da avicultura não seria motivador permanecer no campo. MCR enfatiza: *“Fosse só pelo aviário, não daria pra fazer nada, só da pra pagar as despesas do aviário e da casa”*.

Essa relação da baixa renda com a desmotivação em prosseguir na atividade, confirma o que Anjos, Caldas e Costa (2006) relataram em seu trabalho, que a falta de oportunidades de gerar renda a partir da atividade agrícola, acarreta em uma crise de sucessão. Por outro lado, o entrevistado BDA comenta ser bom trabalhar na propriedade apenas com as granjas de aves, *“nos intervalos do lote, não tenho muito o que fazer, posso acordar tarde e sair. Se tivesse vacas de leite ou outra coisa, daí teria que trabalhar direto”*, assim é possível trabalhar com mais dedicação e tempo dentro das granjas.

As funções administrativas, no caso de BDA, como eles possuem um número expressivo de granjas, os familiares procuram dividir responsabilidades e administrar uma granja por pessoa, quando isso é possível. Já nos demais casos, de modo que as criações são menores, a parte administrativa é, geralmente, realizada pelos pais. Seu primo GDA, além de ajudar na criação das aves, realizou um investimento em um crechário de suínos em que a maior responsabilidade no manejo e nas funções administrativas são dele, e ele afirma ser um

modelo de negócio mais rentável que a criação de aves. Uma fala de GDA representa isso: *“Eu gosto mais de trabalhar com os porquinhos, rende mais dinheiro e precisa aquecer menos no inverno. O aviário está com intervalo de lote muito grande e dá muito trabalho”*.

O respondente MSA, que tem sua propriedade próxima ao centro da cidade, além de auxiliar seus pais nos aviários e às vezes na apicultura, atividade na qual a família possui uma agroindústria, também trabalha na área comercial de uma metalúrgica no município de Veranópolis. Além dele, outro entrevistado que possui emprego formal é TPE que trabalha em uma fábrica de borrachas no município de Nova Prata. MCR também exerce outras atividades voltadas aos ramos de transporte, comércio e pecuária. Ele afirma que tem pouco interesse na atividade avícola e está mais focado nas demais ocupações, *“a empresa manda pintinhos ruins e ração fraca, daí eu entro no aviário e me desanimo, prefiro trabalhar com os caminhões ou com a lavoura, que daí eu trabalho do meu jeito”*.

Conforme Stuari, Neckel e Ficagna (2016), quando a pessoa exerce outra atividade além da propriedade chama-se pluriatividade. Nestes casos há uma tendência de o jovem ir se desligando do negócio familiar à medida que possivelmente ocorram oportunidades de crescimento em seus trabalhos e, em algum momento a criação de aves deixará de ser uma opção interessante. Jovens do interior que não estão satisfeitos ou não têm perspectiva de grandes melhorias produtivas, por vezes, se dedicam a outra profissão que lhes proporcionem maior segurança financeira e menos desafios. Justifica o que foi descrito por Savian (2014), sobre a questão financeira estar ligada diretamente ao ímpeto do jovem ou continuar ou desistir do negócio hereditário.

A imprevisibilidade da renda foi um dos motivos que fez o entrevistado MSA buscar um emprego com carteira assinada. Mas apesar disso, ele revela estar arrependido de não ter construído os aviários quando as coisas estavam mais baratas, *“quando eu ia fazer, o orçamento era de nem um milhão por aviário, hoje está quase um milhão e meio, eu acho”*. O entrevistado acredita ser um negócio com bom potencial de retorno, quando trabalhado com grande quantidade de aves *“do jeito que nós trabalhamos hoje da pouco lucro, fosse ter uma coisa grande e bem organizada, daí fica bom de trabalhar”*. O entrevistado BDA pretende trabalhar neste ramo toda sua vida e investir mais quando achar necessário, *“eu sempre trabalhei com aviários, uma vez nós tínhamos vacas de leite e laranjeiras, mas eu acho melhor trabalhar nos aviários”*.

Por outro lado, o entrevistado RCO está chegando ao final do curso de engenharia mecânica e pretende seguir a profissão de engenheiro e não deve investir em aviários. Ele afirma *“eu ajudo em casa, mas estudo todos os dias, acho que quando me formar, vou tentar trabalhar em alguma empresa da minha área”*. O entrevistado TPE não acredita ser viável investir em granjas novas, pelo alto valor necessário e por não ter garantia de retorno financeiro: *“a empresa tem um contrato que não garante o pagamento das parcelas, as vezes o negócio vai mal e eles (a empresa) não querem nem saber”*. Esses motivos são apontados por Kruger (2018), tal qual sugere que a descrença de lucratividade é determinante para abandonar a atividade rural. O entrevistado MCR já não se interessa mais pela atividade avícola e não acha ser um bom negócio: *“por mim, enquanto a mãe cuidar dos frangos o aviário pode funcionar, mas quando depender de mim, eu não vou trabalhar com ele (aviário)”*. Na mesma direção, o entrevistado GDA afirma ter maior rentabilidade em outras atividades desenvolvidas na propriedade e não pensa investir em novos aviários, apenas manter funcionando aquele que já possui: *“se a empresa pedir pra investir muito em cima do aviário, é vantagem fechar as portas”*.

Dentre os 6 prováveis sucessores pesquisados, GDA, BDA, e MCR têm certeza que irão continuar na propriedade, pois é o que gostam de fazer e consideram ser mais rentável do que outra profissão. Mas considerando somente os aviários, BDA se mostra otimista e com disposição para investir e inovar: *“por enquanto está tudo de acordo, conforme a empresa*

quer, se daqui algum tempo eles (empresa) quiserem que eu coloque mais coisas, daí tenho que investir de novo” e também MSA faria questão de construir novas granjas, mas no momento, as possibilidades são remotas. Os demais entrevistados, têm posicionamentos que atestam o que é descrito por Facione e Pereira (2015), que a falta de estrutura e a busca por maiores ganhos financeiros estão entre os motivos da saída dos jovens das propriedades. De tal forma, o entrevistado MSA relata não ter uma estrutura na granja atual que garanta um futuro otimista. TPE acredita ter outros trabalhos com melhor custo-benefício e não apoia investimentos nas granjas: *“hoje um aviário não se paga, é muito arriscado, se fizer algum lote ruim, falta dinheiro pra pagar a parcela e daí não tem de onde tirar o dinheiro, vários precisam vender um pedaço de terra.”* E RCO pretende sair da propriedade quando conseguir um bom emprego na área de engenharia.

Observa-se uma relação direta entre a satisfação com os ganhos gerados pela granja e a tendência de continuar ou não na propriedade. O único satisfeito é o entrevistado BDA e ele está totalmente decidido de que a sucessão ocorrerá e ele seguirá trabalhando até que for possível. Durante as entrevistas ele afirmou: *“eu já sei que daqui alguns anos eu vou ser o maior responsável pelas granjas, eu gosto de fazer isso, então vou trabalhar sempre nesse ramo”*. Acredita-se que isso se deve ao fato de BDA ter uma boa estrutura de criação de aves e bom retorno financeiro na atividade.

Em tese, quanto maior o investimento, maior é o retorno. Na amostra investigada apenas um entrevistado tem investimentos de grande valor à pagar. O entrevistado BDA diz que os financiamentos são de juros baixos, e que é a melhor maneira de manter as instalações em boas condições e melhorar os resultados dos lotes. *“Nós financiamos o último aviário a juros de 7% ao ano, é pouco, daí compensa comprar as coisas pra facilitar o trabalho e melhorar os resultados”* afirmou BDA. Os demais entrevistados têm pequenos financiamentos de melhorias na granja ou já quitaram suas dívidas. GDA diz ter feito pequenos investimentos recentemente pra trabalhar menos: *“eu coloquei a máquina de cortina automática, que abre e fecha as cortinas conforme a temperatura, facilita bastante o serviço. Antes tinha que sair de outro lugar que eu tava trabalhando pra ir abrir e fechar as lonas, agora não precisa mais”*.

O crédito rural, em geral, tem juros mais baratos que outros tipos de financiamentos, e na grande maioria das vezes, as construções são feitas com 100% do valor financiado, até mesmo porque têm poucos avicultores com capacidade de construir um aviário novo sem a aprovação de crédito bancário. Além disso, algumas empresas integradoras têm uma bonificação financeira, que é estabelecida por meio de contrato de parceria, para aviários que possuem alto investimento feito via instituição financeira. Isso justifica o motivo de alguns produtores almejarem aumentar a produção de aves. Aviários modernos possibilitam gerar mais renda por metro quadrado quando comparado aos aviários convencionais, que são os mais antigos, trabalhados predominantemente de forma manual. Além disso, diversos integrados têm estima por realizarem essa atividade, produzir um alimento que ultrapassa as fronteiras do país e viver no local que gostam, junto de familiares. Para muitos, essas condições de vida são inigualáveis.

A tabela 3 elenca alguns fatores presentes neste tópico que foram anteriormente citados pelos autores no referencial teórico.

Tabela 3: Fatores de retenção e desafios do meio rural citados no tópico ‘Jovens, gestão e finanças na agricultura familiar’.

Fatores de permanência	Outros fatores de permanência identificados nas entrevistas	Fatores de evasão da propriedade familiar	Outros fatores de evasão identificados nas entrevistas

Gosto pelo trabalho rural (BDA)	Pluriatividade (MSA-TPE-RCO-GDA-MCR)	Falta de estrutura na propriedade (MSA)	Imprevisibilidade da renda (MSA)
Altos investimentos (BDA-GDA)	Participação na gestão (Todos)	Baixa rentabilidade (RCO-MCR-BDA-TPE-MSA)	Investimento de alto custo (TPE)
Propriedade organizada (BDA)	Residir na propriedade (Todos)	Trabalho penoso (MCR)	
Mecanização de tarefas difíceis (BDA-GDA)	Independência financeira (MCR)		
	Atividades rentáveis (MCR-BDA-GDA)		

Fonte: Entrevistas (Elaborado pelo autor, 2021)

Neste tópico foram lembrados quatro dos dez itens considerados como motivadores a permanecer na propriedade rural. Não foram citados o reconhecimento do herdeiro, planejamento pronto e reconhecido, qualidade de vida, horário flexível, maior liberdade e futuro próspero. Em relação aos fatores negativos, também foram citados apenas três dos dez que estão no referencial teórico. Estão ausentes os itens de pouca área para atividade agrícola, vários herdeiros, ausência de planejamento sucessório, distante do comércio e serviços urbanos, desinteresse do poder público, desvalorização social e incertezas familiares. Além disso, foi possível identificar por meio das entrevistas diversos outros fatores que motivam os jovens a seguirem na propriedade da família que não estão presentes no referencial teórico. Foram citados pluriatividade, participação na gestão, residir na propriedade, independência financeira e atividades rentáveis. Também foram lembrados dois itens de desmotivação para seguir no trabalho familiar, que são os investimentos de alto custo e imprevisibilidade da renda.

SUCESSÃO: RELATOS DA RELAÇÃO DO JOVEM COM O CAMPO

É incomum na região de Vila Flores encontrar avicultores que saíram da cidade para investir no campo. Todos os entrevistados nasceram na propriedade em que estão instalados e um dos motivos de permanecerem no interior é a qualidade de vida. No que diz respeito aos fatores que incentivam os jovens a permanecerem trabalhando na propriedade, os entrevistados relatam que o horário flexível tem bastante influência, além da qualidade de vida e a renda obtida pela família. Esses resultados se assemelham com a pesquisa que Stuaní, Neckel e Ficagna (2016) realizaram com agricultores de Nova Araçá. É possível sintetizar que o sucessor com maior disposição para assumir o negócio familiar, dá maior importância a ‘liberdade’ como fator primordial para sua decisão. Poder plantar parte de seu próprio alimento, trabalhar sem horário fixo, ter uma área grande para caminhar e criar alguns animais, são condições que motivam o apeço pelo interior. Em contrapartida, também existem alguns pontos negativos, como por exemplo, estar mais longe do comércio e ter estradas em piores condições do que na área urbana.

O gosto pela atividade e experiência adquirida ao longo dos anos, através do auxílio que prestavam aos pais nas tarefas desde a adolescência, faz com que mais de metade dos entrevistados percebam ter condições de assumir os aviários da família. Porém, se os pais não participarem mais da atividade, então serão necessárias adaptações nas instalações para que o

sucessor consiga dar conta de tudo sozinho. No caso do entrevistado BDA, se ele assumisse o negócio sozinho precisaria contratar funcionários para auxiliar no trabalho que hoje é realizado pelos pais e irmã. Conforme o entrevistado relata, *“com quatro aviários, quando meu pai e minha mãe não trabalharem mais, daí não vou dar conta de tudo sozinho, nem com a minha irmã me ajudando”*. Já o entrevistado MSA assumiria as granjas apenas se fossem instalações maiores e mais modernizadas, pois segundo ele, as atuais não estão em condições de trabalhar por mais tempo. MSA relata: *“Eu tinha muita vontade de construir duas granjas grandes e modernas, já tinha feito grande parte da papelada e só precisava de apoio familiar para iniciar as obras. Meus pais estavam indecisos e eu não tinha autonomia para fazer tudo sozinho, então resolvi não fazer. Agora estou em um emprego que gosto e acho difícil que volte a trabalhar só em casa, mas continuo com a vontade de construir aviários modernos, se tudo der certo, eu farei”*. Nos casos de MCR e RCO, os dois entrevistados não fazem questão de assumir o negócio dos pais por acharem que possuem oportunidades melhores de trabalho em outras áreas. E TPE relata que só assumiria a atividade da família se não houvesse outra alternativa para o negócio continuar funcionando da forma que esta hoje, com seus pais: *“enquanto eles estão cuidando do serviço em casa, eu prefiro trabalhar na oficina que eu gosto mais daquele serviço”*.

Chama a atenção que apenas BDA tem um planejamento familiar de sucessão nas granjas. Mesmo que seja de modo informal, sua família já tem ideia de como será a atividade quando os proprietários atuais passarem toda a responsabilidade do negócio aos herdeiros. BDA relata, *“desde que nós fizemos o terceiro aviário, meu pai já me pedia se eu iria continuar o negócio no futuro ou se eu queria sair e fazer outra coisa”*. Os demais dizem não ser um assunto muito debatido entre os familiares. De tal forma, o entrevistado RCO diz: *“Lá em casa nunca nos reunimos pra conversar sobre esse assunto e decidir como vai ser no futuro”*. Na pesquisa realizada por Silva (2015), dentre onze pesquisados que manifestavam o desejo em prosseguir na atividade rural, nenhum possuía planejamento para a sucessão. A ausência de um plano de sucessão implica em tomar decisões no “achismo”, dessa maneira, o jovem não tem segurança de para dedicar-se totalmente ao trabalho rural e coloca em risco a continuidade das atividades agrícolas.

A rentabilidade do negócio em questão, é um fator crucial para a decisão dos filhos em sair ou ficar no interior. No caso de BDA, que depende inteiramente do faturamento da criação das aves, a família é uma grande incentivadora da continuidade do negócio com a participação dos herdeiros, *“meu pai sempre me disse que ele tá trabalhando pra mim continuar um dia com uma estrutura boa”*. Este fato atesta a colocação de Brizzolla et al. (2020), em que afirma ser de responsabilidade de quem está no comando saber o momento certo de planejar a sucessão. Os demais não são incentivados a fazer uma atividade ou outra, os pais dão liberdade para trabalhar na área que preferem. MCR afirma: *“Eu nunca gostei muito de trabalhar no aviário e eles (pais) sabem disso. Eles nunca me disseram faz isso ou aquilo”*, mas sem deixar de auxiliar na granja, quando necessário.

Para obter melhores ganhos financeiros e mais comodidade nas tarefas diárias, a infraestrutura da propriedade é o diferencial. Além disso, o suporte do poder público no que diz respeito às estradas, auxílio com máquinas pesadas e subsídios na elaboração ou renovação de licenças ambientais, são grandes motivadores para que as atividades rurais se desenvolvam e gerem retorno financeiro ao município. Alguns entrevistados ainda citam que a prefeitura deveria incentivar a construção de novas instalações, com um aporte financeiro para desenvolver as propriedades e fazer que os jovens invistam no município, como ocorre em algumas cidades vizinhas.

Em se tratando de conhecimento para trabalhar com os aviários, os entrevistados afirmam que a experiência vale mais do que um curso na área, pois o trabalho é prático e a orientação técnica é feita por um profissional, funcionário da empresa integradora. Contudo, o

entrevistado MCR manifesta arrependimento de não ter realizado o ensino médio em uma escola voltada ao setor agrícola e MSA está com a faculdade de engenharia civil trancada, e talvez, troque o curso atual por agronomia. Alguns entrevistados acrescentaram que não fizeram/fazem algum curso de graduação, justamente por precisar trabalhar na propriedade e dizem faltar tempo para o estudo. Esse resultado, diverge ao constatado por Breitenbach e Corazza (2017), em que quase metade dos jovens do sexo masculino, pretendem avançar nos estudos para posteriormente investir no negócio hereditário.

Para melhor visualizar os fatores positivos e negativos relacionados a sucessão do negócio rural presentes no tópico atual, a tabela 4 estabelece os motivos que coincidem aos apresentados na tabela 1.

Tabela 4: Fatores de retenção e desafios do meio rural citados no tópico ‘Sucessão: Relatos da relação do jovem com o campo’.

Fatores de permanência	Fatores de evasão da propriedade familiar	Outros fatores de evasão identificados nas entrevistas
Reconhecimento do herdeiro (BDA)	Pouca área para a atividade agrícola	Pouca mão-de-obra (BDA)
Planejamento pronto e reconhecido (BDA)	Falta de estrutura na propriedade (MSA)	Falta de tempo para estudar (MCR)
Qualidade de vida (Todos)	Baixa rentabilidade (MAS)	
Maior liberdade (Todos)	Ausência de planejamento sucessório (RCO)	
Gosto pela atividade rural (MCR-GDA-BDA)	Desinteresse do poder público (MCR)	
	Incertezas familiares (MSA)	

Fonte: Entrevistas (Elaborado pelo autor, 2021)

Referente aos fatores de retenção do jovem na propriedade agrícola, apresentam-se cinco dos dez fatores identificados pelos autores citados no referencial teórico. Os quatro fatores que não foram citados neste tópico são, mecanização das tarefas difíceis, horário flexível, altos investimentos, futuro próspero e propriedade organizada. Já em relação aos fatores que afastam os jovens das atividades familiares não foram citados trabalho penoso, vários herdeiros, desvalorização social e distante do comércio e serviços urbanos. Porém foram citados pelos entrevistados outros dois fatores de evasão além dos apresentados no referencial teórico, tais motivos são pouca mão de obra e falta de tempo de estudar.

A partir da fala de cada entrevistado elaborou-se a tabela 5, sintetizando as principais informações levantadas em cada entrevista. A tabela a seguir apresenta idade, ocupações adicionais à granja, pretensão de seguir trabalhando com os familiares e com os aviários ou não, importância da renda do aviário para a família, incentivo ao trabalho na granja por parte dos pais e se há planejamento de sucessão. Essas informações estão separadas para cada entrevistado, com objetivo de facilitar a visualização das respostas.

Tabela 5: Principais dados coletados;

Entrevistado	MCR	GDA	BDA	MSA	RCO	TPE
Idade	21	20	23	21	23	32

Ocupação além da granja	Transporte Confinamento de gado Grãos	Suínos Tambo de leite	Não	Apicultura Ipacol	Estágio	Chapeação Vipal
Pretende seguir na propriedade?	Sim	Sim	Sim	Não sabe	Não	Não
Pretende assumir os aviários no futuro?	Não	Não	Sim	Não sabe	Não	Não
Aviário é a principal fonte da renda familiar?	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Pais incentivam o trabalho na granja?	Indiferente	Sim	Sim	Indiferente	Indiferente	Indiferente
Existe algum planejamento para a sucessão?	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Entrevista (elaborado pelo autor 2021)

Vizualiza-se que de forma geral os entrevistados estão mais envolvidos com outras atividades do que com a criação de aves e que mesmo aqueles que têm apreço pelo trabalho rural, não vislumbram um futuro otimista em seguir na produção avícola, com exceção de um, o entrevistado BDA e o entrevistado MSA que tem vontade de ampliar mas reconhece que no momento a possibilidade é mínima. Quanto ao planejamento para a sucessão, o trabalho se assemelha a outros pesquisados. As famílias não se preocupam com esse processo, porém as consequências são eminentes e muitas vezes encerram o negócio hereditário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de sucessão nas propriedades rurais é implicado por diversos fatores positivos e negativos. Entretanto, como foi constatado no decorrer do trabalho, a elaboração de um planejamento familiar para a transição de poder é fundamental para dar sustentação a esse processo. No entanto, como proposto inicialmente o objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi investigar se os entrevistados possuem um plano sucessório ou são indiferentes quanto ao futuro da atividade avícola e/ou da propriedade rural.

A inexistência de um planejamento elaborado em conjunto, certamente é um obstáculo que, na maioria dos casos, dificulta o processo de sucessão. Como percebido na pesquisa, quando o possível sucessor não tem segurança financeira, nem clareza de perspectiva de crescimento, ocorre a escolha de trabalhar fora da propriedade, com um salário definido e oportunidade de crescimento.

A decisão de deixar a propriedade para se dedicar a outros trabalhos, acarreta a uma série de consequências para comunidade local. Quando o provável sucessor se ausenta do trabalho rural, na maioria dos casos, ficam os pais trabalhando com pouca escala de produção, apenas para não deixar parar a atividade que fizeram durante boa parte da vida. De tal maneira, a economia da região é afetada por movimentar menos dinheiro, com a diminuição da compra de insumos agropecuários e sem a execução de grandes investimentos. Considerando que uma pequena propriedade pode movimentar dezenas de milhares de reais mensalmente.

O trabalho relata a percepção que os jovens agricultores têm de suas propriedades, especialmente às granjas. Entre os 6 entrevistados, metade pretende seguir em seus estabelecimentos rurais. Porém apenas um demonstra satisfação e determinação para continuar o trabalho com os aviários. Trabalho esse, que foi iniciado pelos pais ou avós. Esse dado gera a percepção de que o negócio que antes era visto como uma oportunidade de desenvolvimento para a família, agora não agrada a grande maioria dos que estariam propensos a seguir na atividade. Essa informação também é de extrema importância para os frigoríficos que não funcionam sem os integrados e precisam montar estratégias para que o futuro das empresas não seja comprometido.

Finalmente, o resultado da análise dos dados coletados enfatizando que poucas famílias rurais têm algum planejamento para sucessão do negócio, não produz surpresa. Como de costume, as pessoas que estão envolvidas na atividade, muitas vezes com altos investimentos, não externam a vontade de que o negócio seja herdado. A falta de diálogo entre os membros da família sobre esse assunto pode acabar com o negócio geracional. Apenas um entrevistado tem informações claras de como se dará o processo sucessório. Essa constatação, possivelmente, tem relação na decisão dos jovens em saírem da propriedade pela incerteza de um futuro promissor.

Deve-se considerar que o atual estudo é limitado à visão do sucessor, pois por questão de tempo não foram realizadas entrevistas com os possíveis sucedidos. Entrevistas com sucessor e sucedido proporcionariam uma visão mais ampla dos desafios e soluções relacionados ao processo de sucessão do negócio familiar, além de compartilhar pensamentos entre os próprios familiares, pois muitas vezes a sucessão é um assunto evitado em reuniões de família.

Como sugestão para futuras pesquisas, faz-se necessária a elaboração de mais estudos com essa temática, principalmente em municípios pequenos e predominantemente agrícolas, que são impactados em diversos aspectos pela saída da população jovem da propriedade familiar. Assim, haverá mais clareza de dados a serem observados, com o objetivo de despertar o poder público de tais localidades, para que trabalhem questões afim de minimizar este problema. Além disso, essa pesquisa atesta, da mesma forma que muitas outras citadas anteriormente, a importância da família abordar os assuntos relacionados a sucessão e construir um planejamento para que as decisões sejam mais acertivas e os investimentos sejam aproveitados ao máximo, e não abandonados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Wagner Ribeiro. O jovem do campo e a influência da cooperativa de crédito para a sua permanência no meio rural. **Riuni**, Concórdia, v. 1, n. 1, p. 1-1, fev. 2019.

AMESNE. **Relatório da AMESNE para embasamento da instalação do campus da UFRGS na serra**. Disponível em: <http://www.amesne.com.br/files/relatorio-da-amesne-para-embasamento-da-instalacao-do-campus-da-ufrgs-na-serra.pdf>. Veranópolis, 2012. Acesso em: 20 mar. 2021.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Valleda; COSTA, Maria Regina Caetano. PLURIATIVIDADE E SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR. **AgEcon search**. Research in agricultural e applied economics. jul. de 2006. Acesso em: 7 abr. 2021.

FRANCO, Maria Laura Pluguesi Barbosa. Análise do conteúdo. **Série Pesquisa**, Brasília, mar. 2005. Acesso em: 10 jun. 2021.

BERTOLOZZI-CAREDIO, Daniele; BARDAJI, Isabel; COOPMANS, Isabeau; SORIANO, Barbara; GARRIDO, Alberto. Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensivelivestock farming. **Journal Of Rural Studies**, Madrid, maio 2020. Acesso em: 7 jun. 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Espacios**. Perspectiva de Permanência no Campo: Estudo dos Jovens Rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. Buenos Aires, fev. 2017.

BRIZZOLLA, Maria Margarete Baccin; CHAPOVAL NETO, Alexandre; KRAWSZUK, Gabriela Luisa; BERLEZI, Maiara. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society And Development**. Três de Maio, out. 2020. Acesso em: 10 jun. 2021.

CABRAL, Marcel dos Santos; SILVA, Fabiula da; SCHOTTEN, Paulo César; FACHIN, Solange. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A VISÃO DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS FINANÇAS FAMILIARES. **Eigedin**, Santa Maria, set. 2019.

DEL GROSSI, M. E. CAMPAGNOLLA, C. SILVA, J. G. da. O fim do êxodo rural?. Embrapa Meio Ambiente - Artigo em anais de congresso. São Paulo: **FGV**, jun. 2001.

DOTTO, Fabiano. FATORES QUE INFLUENCIAM A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Ucdb**, Campo Grande, maio 2011.

DUDEK, Michał. A matter of family? An analysis of determinants of farm succession in Polish agriculture. **Studies in Agricultural Economics**, 118 (2). pp. 61-67. 26 apr. 2017. Repository of the Research Institute of Agricultural Economics. Acesso em: 31 mai. 2021.

FACIONI, Dejanira; PEREIRA, Matheus Wemerson Gomes. ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA SUCESSÃO EM ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Organizações Rurais & Agroindustriais I**, Minas Gerais, mar. 2015. Acesso em: 30 jun. 2021.

FREIRE, P. S.; SOARES, A. P.; NAKAYAMA, M. K.; SPANHOL, F. J. Processo de sucessão em empresa familiar: gestão do conhecimento contornando resistências às mudanças organizacionais. **Journal of Information Systems and Technology Management**, 2010. Acesso em: 15 jul. 2021.

FREITAS, Maria Ester de. A Questão do Imaginário e a Fronteira entre a Psicanálise e a Cultura Organizacional. **FGV EAESP**, São Paulo, mar. 1999.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; SABBATO, Alberto di; BITTENCOURT, Gilson. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2001.

IBGE. **Panorama Vila Flores**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2021.

JUNIOR, Ademar Silva. A SUCESSÃO NA CONTEMPORANEIDADE DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR. **Amf**, Recanto Maestro, mar. 2013.

MATTEI, Lauro. O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. **Ren**, maio 2014.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; NETTO, Carlos Guilherme Mielitz. Diminuição da População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. **Desenvolvimento em Questão**, 12 ago. 2014. Editora Unijui.

MOLIN, Anielle Beatriz Toscano; CALIGIONI, Rosemary Rocha; GALLI, Lesley Carina do Lago Attadia; ARROYO, Cristiane Sonia; PRATES, Glaucia Aparecida. VISÃO DOS SUCESSORES DE ORGANIZAÇÕES FAMILIARES DO AGRONEGÓCIO: um mapeamento dos fatores facilitadores e restritivos do processo de sucessão. **Pkp**, São Paulo, out. 2019.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Brasília-Df, mar. 2003.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em piracicaba-sp e uberlândia-mg. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Acesso em: 21 jun. 2021.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, 12 ago. 2014. Editora Unijui. Acesso em: 13 mar. 2021.

PANNO, Fernando; MACHADO, João Armando Dessimon. A SUCESSÃO EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DE FREDERICO WESTPHALEN/RS: INFLUÊNCIAS E DIRECIONAMENTOS DECISÓRIOS DOS ATORES. **Redes**, Frederico Westphalen, dez. 2016. Acesso em: 10 jun. 2021.

QUIVY, Raymond; VAN CANMPENHOUDT, Luc. Manual de investigação em ciências sociais. **Fep**, Lisboa, jul. 1992. Acesso em: 23 jun. 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. Edições Loyola, São Paulo, out. 2002. Acesso em: 14 jul. 2021.

RAYASAWATH, Chacattrai. Factors Affecting the Household Succession in Agricultural Occupation in Nakhon Ratchasima Province, Thailand. **Faculty Of Humanities And Social Sciences, Nakhon Ratchasima**, 6 jul. 2018. Acesso em: 30 mai. 2021.

SAVIAN, Moisés. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Lages, ago. 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. **Ipea**, Brasília, ago. 2016.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho da. Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, jul. 2015.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. **Repositório Digital Ufrgs**, Porto Alegre, jun. 2008. Acesso em: 21 jun. 2021.

STUANI, Camila; NECKEL, Anderson; FICAGNA, Alba Valéria Oliveira. JOVENS HERDEIROS: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. **Egepe**, Passo Fundo, p. 1-13, mar. 2016. Acesso em: 11 jun. 2021.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. Fundamentos, Métodos e Usos no Brasil. **Pesquisa Qualitativa em Administração**, jan. 2013. Acesso em: 17 jul. 2021.

VIEIRA, João Paulo Louzada; BAHIENSE, Douglas Vianna; SILVA, Suany Machado da. PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE SUCESSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO BRASILEIRO DO PERÍODO (2003-2018). **UFSM**, Santa Maria, 2019. Acesso em 10 set. 2021.

VILA FLORES: DESENVOLVIMENTO PARA OS MUNICÍPIOS. Nova Prata, 28 maio 2019. Disponível em: <http://www.jornalcorreiolivre.com/noticias/entrevista/707/vila-flores-desenvolvimento-para-os-municipes>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de Pesquisa. **Universidade Federal de Santa Catarina**, [s. l], v. 2, n. 5, p. 1-134, jun. 2013. Acesso em: 14 jul. 2021.

ZANETTE, Antônio Carmelo. Secretaria nacional da juventude. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. **Manual do jovem empreendedor rural**. 31 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude-1/manual-do-jovem-empendedor-rural.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ANEXO I – Roteiro de Entrevista

Questões aplicadas aos prováveis sucessores.

1. Como é feita a gestão da propriedade hoje? Quem faz a gestão?
2. Você participa das decisões de negócio? (Gestão da propriedade, manejo, questões bancárias e investimentos na granja)
3. O aviário é a principal fonte de renda da família?
4. A renda obtida pelo aviário é satisfatória? É um atrativo para permanecer na atividade?
5. Recebe remuneração pelo trabalho que exerce na propriedade?
6. Qual o futuro da atividade avícola na sua propriedade?
7. Os investimentos realizados com a captação de crédito bancário é um fator que motiva, desmotiva ou não faz diferença?
8. Você considera a qualidade de vida é melhor no interior? Por quê?
9. A flexibilidade no horário de trabalho é um ponto positivo ou negativo?
10. Considera-se preparado para assumir o negócio familiar? Por quê?
11. Existe algum planejamento para o processo de sucessão?
12. Seus pais lhe incentivam a continuar trabalhando na granja?
13. Quais os principais motivos para permanecer ou sair da propriedade?
14. Quais ações do poder público são importantes para incentivar a permanência do jovem no meio rural?
15. Pretende estudar algo relacionado ao agronegócio?
16. Arrepende-se de ter saído/permanecido na propriedade?